

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

O Orçamento para 2004 agora em discussão apresenta uma verba prevista para a Secretaria Regional da Educação e Cultura no montante 256,6 milhões de euros, representando um peso relativo de 23,3% do total da despesa orçamentada, o que coloca esta Secretaria com o maior volume de despesa do Orçamento em apreço. A Direcção Regional da Educação, com uma dotação de 191,7 milhões de euros representa 74,7% do respectivo total.

Neste Orçamento prevê-se 33,7 milhões para Despesas do Plano de 2004, das quais se destaca o Programa referente ao Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais, com 19,7 milhões de euros, o segundo maior Programa ao nível do investimento previsto para 2004.

As verbas apontadas pelo Plano e Orçamento para 2004 colocam este como o primeiro vector deste Governo nas suas políticas para a Região.

Com esta política o Governo Regional aposta na Educação e investe na Autonomia dos Açores;

Com esta política o Governo Regional valoriza a Educação como factor fundamental do nosso desenvolvimento que passa por um conjunto de investimentos em escolas, recursos humanos e apoios sociais com vista a ter-se uma educação de qualidade e de sucesso;

Com esta política o Governo Regional assume a Educação como um sector de grande importância no desenvolvimento e no progresso de um povo, uma vez que só com pessoas devidamente formadas, educadas e preparadas, se pode construir uma Região mais rica;

Com esta política o Governo Regional aposta na maioria da sua população e no futuro dos Açores já que, directa ou indirectamente, a maioria dos cidadãos estão implicados no sistema educativo, como pais, educandos, professores ou entidades empregadoras;

Com esta política o Governo Regional continua a prosseguir a aposta do Partido Socialista em combater décadas de atraso educativo a que os Açores estiveram sujeitos, e que se repercutem, ainda hoje, na formação e nas oportunidades de ascensão social de várias gerações;

Com esta política o Governo Regional continua a Mudar os Açores para Melhor.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Como objectivos sectoriais na área da Educação queremos destacar:

- A consolidação do processo de integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico previsto na Carta Escolar;
- O Colmatar da situação de sobrelotação, com a criação de novas Escolas;
- A continuação do processo de descentralização dos modelos de gestão e responsabilização, acompanhada da transferência dos necessários meios financeiros, dos órgãos de gestão das Escolas;

- A prossecução da formação de pessoal docente e não docente;
- O Garantia da formação inicial (profissionalização em serviço e formação complementar);
- A Promoção e a modernização administrativa em termos de adaptação às tecnologias de informação e técnicas de comunicação.

Com o Partido Socialista, através dos seus governos, procedeu-se a uma completa reorganização do nosso sistema educativo, com uma reforma legislativa que introduziu racionalidade no sistema, definiu prioridades e delineou estratégias.

A reorganização do sistema passou pela criação de escolas básicas integradas e áreas escolares, entidades dotadas de autonomia administrativa e pedagógica. O processo de integração já levou à criação de 28 escolas básicas integradas e estão em processo inicial de criação outras 4 escolas do mesmo tipo, entre elas a de Angra do Heroísmo e de Vila Franca.

Com a criação dos fundos escolares com autonomia financeira, transferiram-se para as escolas competências em matéria pedagógica e de gestão. Os Fundos Escolares levaram a que se procedesse à manutenção e reparação de instalações escolares, e que muito dificilmente se poderiam verificar com a organização existente anteriormente.

Com esta reorganização temos hoje melhores estruturas físicas e uma gestão pedagógica mais próxima das pessoas. As escolas conquistaram uma autonomia que facilita a optimização dos recursos existentes e possibilita uma resposta mais adequada às necessidades do sistema e à sua inter-actividade com as respectivas comunidades.

Com a estabilização do corpo docente garantiu-se um trabalho de continuidade e de desenvolvimento de projectos educativos. Através do novo sistema de concursos, dignificou-se a função docente, tendo sido integrados no quadro cerca de 1600 novos docentes, muitos deles que se encontravam na situação de contratados há mais de uma década. A Formação Contínua e Complementar dos docentes não tem sido descurada o que é visível pelo número de docentes que já fizeram os seus complementos de formação e pelo montante de investimentos efectuado em acções de formação contínua.

Com a Carta Escolar criada e implementada pelos Governos do PS, apostou-se fortemente na recuperação do parque escolar do 1.º ciclo, durante décadas abandonado, com as mesmas características físicas, correspondente a um sistema de ensino de há muito ultrapassado para as funções curriculares e pedagógicas dos nossos dias.

Com a Carta Escolar apostou-se nas escolas de proximidade, através da construção das Escolas Básica Integradas da Maia, das Furnas, dos Ginetes, na ilha de S. Miguel e do Topo na ilha de S. Jorge, levando os 2.º e 3.º ciclos a estas localidades. As escolas de proximidade trazem claras vantagens para o sistema educativo. Facilitam o cumprimento da escolaridade obrigatória, colocando os alunos mais próximos do seu meio familiar, que assim deixam de permanecer fora de casa muitas horas por dia, numa clara desvantagem em relação aos alunos das zonas urbanas.

Com a Carta Escolar planeou-se e investiu-se na remodelação e adaptação ao ensino secundário das Escolas, de S. Roque, no Pico, Bento Rodrigues, em Santa Maria e Maurício Freitas na ilha das Flores, e hoje estão em curso obras similares nas Escolas do Nordeste em S. Miguel e de Santa Cruz da Graciosa.

Obras há muito ansiadas, dado o seu estado de degradação e necessidade de ampliação, decorrem neste momento na Escola

Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, um investimento que ronda os 11 milhões de euros e acabam de ser adjudicadas as obras da Escola Roberto Ivens, de Ponta Delgada, no valor de sete milhões e setecentos mil euros, levando a que cada uma destas escolas adquira instalações dignas e seguras para os seus alunos, professores e funcionários.

Decorre, também, neste momento o concurso público internacional para a empreitada de construção da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos, com Ensino Artístico, de S. Carlos em Angra do Heroísmo. E no próximo ano a ilha do Faial vê contemplada a construção da nova Escola do 3.º ciclo e Secundário, compromisso assumido por este Governo, que chegou a hora de dar cumprimento.

No próximo ano teremos assim um investimento de 19,7 milhões de euros, em construções escolares, um montante que leva a afirmar-se que, em tempo algum se investiu tanto como agora em infra-estruturas educacionais na Região Autónoma dos Açores.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Ao sistema educativo compete garantir a todos os cidadãos a formação básica e universal para o exercício da cidadania.

Assim, promoveu-se a integração nas escolas das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de uma escola para todos, capaz de dar respostas diferenciadas a cada aluno.

Pelos Governos regionais do PS/Açores, foram criadas em todas as escolas, núcleos de educação especial dotados de pessoal docente especializado e lugares destinados a psicólogos.

Neste momento, em debate público e após terem sido instituídas as necessárias condições legislativas, partimos para criação de um Currículo Regional, numa óptica simultânea de conhecimento e reelaboração da condição identitária dos Açores e da dimensão adequada do seu projecto pedagógico.

A formação e a educação dos nossos jovens no domínio do Ensino Profissional tem sido marcada por um percurso muito positivo. Hoje cerca de 50% dos alunos da nossa Região frequentam o ensino profissional. Convergimos assim para as normas orientadoras da União Europeia, que apontam para que cerca de metade dos alunos sigam outras vias que não unicamente a do Ensino Superior.

O ensino profissional cresceu, amadureceu e ganhou credibilidade junto dos alunos, o que prova que os Governos do PS estavam bem quando apostaram nesta oferta educativa. Ela confere aos estudantes uma formação em contexto de trabalho, permitindo-lhes uma inserção na vida activa, no desempenho de profissões que até aqui careciam de mão obra qualificada.

Hoje, o ensino profissional desenvolve-se em todas as ilhas, com a excepção da ilha do Corvo. Todos os concelhos de S. Miguel e da Terceira estão cobertos. Nas escolas do ensino regular desenvolvem-se neste ano lectivo um maior número e um diversificado conjunto de cursos PROFIJ, que muito irão contribuir para que alunos que tenham dificuldades em cumprir a escolaridade obrigatória, ou em prosseguir os estudos no ensino secundário, aumentem a sua escolarização e partam para o mundo do trabalho com aprendizagens que facilitem a sua empregabilidade.

Este ano lectivo também ficou marcado por um projecto pioneiro a nível nacional, com a implementação do ensino recorrente mediatizado, através da Internet. Este projecto está a ser levado a cabo pela Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, e tem como objectivos entre outros: atingir públicos alvo que estejam impedidos de aceder ao regime directo; possibilitar a frequência aos potenciais alunos que, motivos profissionais ou outros não possam dispor do tempo necessário para frequentar a escola em regime pós-laboral, e, ainda permitir o ingresso a todos àqueles que prefiram o acesso que as tecnologias de informação propiciam.

Sala das Sessões, Horta, 10 de Dezembro, de 2003

O Deputado

José do Rego